

Demonstrações Financeiras

Oral Sin Franquias S.A.

31 de dezembro de 2024 e 2023

Oral Sin Franquias S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Demonstrações financeiras

.....	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	06
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	07
Notas explicativas às demonstrações financeiras	08

Oral Sin Franquias S.A.
CNPJ: 17.539.329/0001-28

Balços patrimoniais

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Período	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	12.476	6.281
Contas a receber	21.258	29.085
Outros créditos a receber	1.494	1.000
Total do ativo circulante	35.228	36.366
Não circulante		
Depósitos judiciais	1.162	1.064
Partes relacionadas	16	11
Outros créditos a receber	284	929
	1.462	2.004
Ativo Imobilizado		
Imobilizado	491	612
Intangível	114	123
Direito de uso	644	67
	1.249	802
Total do ativo não circulante	2.711	2.806
Total do ativo	37.939	39.172

Passivo	Período	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Fornecedores	769	169
Obrigações trabalhistas	1.533	1.358
Imposto de renda e contribuição social	1.694	1.795
Obrigações fiscais	523	890
Adiantamento de clientes	111	36
Passivo de Arrendamento	276	79
Passivo de Contrato	3.688	4.364
Outras contas a pagar	4.299	5.857
Total do passivo circulante	12.893	14.548
Não circulante		
Obrigações fiscais	1.162	913
Provisão para contingências	1.530	1.154
Passivo de Arrendamento	372	-
Passivo de Contrato	3.488	6.792
Partes relacionadas a pagar	21	8
Total do passivo não circulante	6.573	8.867
Patrimônio líquido		
Capital social	300	300
Reserva de capital	60	60
Reserva de lucros	18.113	15.397
Patrimônio líquido	18.473	15.757
Total do passivo e patrimônio líquido	37.939	39.172

Oral Sin Franquias S.A.
CNPJ: 17.539.329/0001-28
Demonstrações dos resultados
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Período	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	64.497	65.816
Custo dos serviços prestados	(10.214)	(8.298)
Lucro bruto	54.283	57.518
Despesas gerais e administrativas	(8.500)	(5.152)
Despesas com vendas	(6)	(10)
Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	(22.261)	(3.676)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	23.516	48.680
Despesas financeiras	(438)	(361)
Receitas financeiras	1.269	1.568
Resultado financeiro líquido	831	1.207
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	24.347	49.886
Imposto de renda e contribuição social	(7.447)	(7.555)
Corrente	(7.447)	(7.555)
Lucro líquido do exercício	16.900	42.332

Oral Sin Franquias S.A.
CNPJ: 17.539.329/0001-28
Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Período	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	16.900	42.332
Resultado abrangente total	16.900	42.332
Resultado abrangente total atribuível aos		

Oral Sin Franquias S.A.

CNPJ: 17.539.329/0001-28

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) dos exercícios	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	300	60	440	-	800
Resultado do exercício	-	-	-	42.332	42.332
Transferência para reserva de lucros	-	-	42.332	(42.332)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(27.375)	-	(27.375)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	300	60	15.397	-	15.756
Resultado do exercício	-	-	-	16.900	16.900
Transferência para reserva de lucros	-	-	16.900	(16.900)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(14.184)	-	(14.184)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	300	60	18.113	-	18.473

Oral Sin Franquias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Período
31/12/2024

Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	16.900
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	
Amortização	190
Amortização Arrendamentos	143
Provisões trabalhistas	31
Provisão para contingência	228
Perdas de crédito esperadas	22.261
	39.753
(Aumento) / Diminuição nos ativos e passivos operacionais	
Contas a receber	(14.434)
Depósitos judiciais	(98)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(494)
Partes relacionadas a receber	(5)
Outros créditos a receber	645
Fornecedores	600
Obrigações trabalhistas	175
Impostos de renda e contribuição social	7.447
Passivo de contratos circulantes e não circulantes	(3.554)
Obrigações fiscais circulantes e não circulantes	(118)
Adiantamento de clientes	75
Outros passivos circulantes e não circulantes	(1.441)
Partes relacionadas a pagar	13
Caixa gerado nas atividades operacionais	28.564
Impostos de renda e contribuição social pagos	(7.548)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	21.016
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aquisição de imobilizado	(69)
Aquisição de intangível	9
Adição Direito de uso	(577)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(637)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Pagamentos de dividendos	(14.184)
Caixa líquido gerados pelas atividades financiamentos	(14.184)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	6.195
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	6.281
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	12.476
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	6.195

1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

1.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que compreendem as práticas constantes da legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela gestão.

1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1.3. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na ausência deste, no mercado mais vantajoso acessível à Companhia nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de descumprimento (non-performance), que inclui, entre outros, o risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em um mercado ativo para esse instrumento. Considera-se que um mercado é "ativo" quando as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Caso não haja um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida considera todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta ao precificar uma transação.

Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura os ativos com base nos preços de compra e os passivos com base nos preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Caso a Companhia determine que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não seja evidenciado nem por um preço cotado em mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem por uma técnica de avaliação na

qual os dados não observáveis sejam considerados insignificantes, o instrumento financeiro será inicialmente mensurado pelo valor justo ajustado. Esse ajuste reflete a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença será reconhecida no resultado de forma apropriada ao longo da vida do instrumento ou até que a avaliação seja totalmente suportada por dados de mercado observáveis, ou até o momento em que a transação for encerrada, o que ocorrer primeiro.

1.4. Uso de estimativas, julgamentos e premissas contábeis críticas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que impactam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente, e as revisões são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são avaliados de forma contínua, com base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, que são considerados razoáveis para as circunstâncias.

b) Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia realiza estimativas relativas ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis raramente correspondem aos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com a probabilidade de causar ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão detalhadas a seguir:

- (i) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- (ii) **A movimentação das perdas esperadas (impairment):** Mensuração de perda de crédito esperada (PCE) para contas a receber e ativos contratuais; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

1.5. Resumo das políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis materiais descritas abaixo a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, salvo indicação em contrário.

1.5.1. Instrumentos financeiros

a) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto quando for um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido ou deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Já um contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente pelo preço da operação.

b) *Classificação e mensuração*

subsequente Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outras receitas e despesas (VJORA) - para instrumentos de dívida; ao valor justo por meio de outras receitas e despesas (VJORA) - para instrumentos patrimoniais; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, exceto quando a Companhia alterar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. Nesse caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação seguinte à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados apenas ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições abaixo e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto o recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto a venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relativos apenas ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar as alterações subsequentes no valor justo do investimento por meio de outras receitas e despesas (ORA). Essa escolha é feita individualmente para cada investimento.

Todos os ativos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, A Companhia pode, de forma irrevogável, designar um ativo financeiro que de outra forma atendesse aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como mensurado ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos Financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido, pois isso reflete de maneira mais precisa como o negócio é gerido e como as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Isso abrange se a estratégia da Administração se concentra na obtenção de receitas de juros contratuais, na manutenção de um perfil específico de taxa de juros, na correspondência entre a duração dos ativos financeiros e os passivos relacionados, ou na realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido nesse modelo de negócios) e a forma como esses riscos são gerenciados.
- Como os gerentes do negócio são remunerados — por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos para essas vendas e as expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o *desreconhecimento* não são consideradas como vendas, em consonância com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período, e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (como risco de liquidez e custos administrativos), além de uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de modo que ele não atenderia a essa condição. Ao realizar essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o momento dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- Termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados no desempenho de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos de principal e juros quando o valor do pré-pagamento representar, em sua maior parte, valores não pagos do principal e dos juros sobre o valor principal pendente — o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, no caso de um ativo financeiro adquirido por um valor inferior ou superior ao valor nominal do contrato, a permissão ou exigência de pré-pagamento por um valor equivalente ao valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados, mas não pagos, é tratada como consistente com esse critério, caso o valor justo do pré-pagamento seja insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados, subsequentemente, ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequente e continuamente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é ajustado por perdas por impairment. A receita de juros, os ganhos e perdas cambiais, bem como o impairment, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, for um derivativo, ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são avaliados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são mensurados subsequente e continuamente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no *desreconhecimento* também é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento Ativos financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivo financeiro

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos do passivo são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, baseado nos termos modificados, é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

d) *Compensação*

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia possui um direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.5.2. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor líquido realizável, sem incluir juros, e são ajustadas pela constituição de estimativas para perdas com créditos de liquidação duvidosa. Essas estimativas são baseadas no histórico de inadimplência e na análise individual de cada crédito, considerando um montante adequado, conforme determinado pela administração, para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

A Perda de Crédito Esperada (PCE) foi constituída em um montante considerado adequado pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos títulos a receber. Essa provisão é baseada em uma análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, levando em consideração fatores como o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a condição da Companhia econômico ao qual pertencem, as garantias reais recebidas e o percentual de inadimplência por tipo de receita.

A Companhia revisa periodicamente essas provisões, ajustando-as conforme necessário, com base em uma análise individualizada dos títulos da carteira de clientes. A Companhia realiza a provisão dos títulos individuais vencidos há mais de

180 dias, utilizando um critério de cálculo específico para essa faixa de inadimplência.

1.5.3. Receita com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação definida no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço para o cliente.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de <u>performance, incluindo condições de pagamento significativas</u>	Política de reconhecimento da receita
Receita com taxa de franquias	Esta receita está relacionada diretamente sobre as vendas de novas unidades, são negociadas na formalização do contrato, e trata-se da contraprestação a ser obtida pela cessão dos direitos de uso da marca na localidade negociada, assessoria e suporte de acompanhamento até que a unidade adquirida esteja inaugurada e pelos treinamentos a qual é responsável pela padronização e identidade de atendimento da rede.	A Companhia entende que se trata de uma única obrigação de performance, sendo reconhecida ao longo do tempo seguindo os prazos previstos para o cumprimento da obrigação de performance (60 meses).

Receita com royalties	Os royalties referem-se as remunerações mensais dos franqueados para a Companhia, referente ao suporte e serviços fornecidos ao franqueado durante o mês. Os valores a serem pagos pelos franqueados são previamente previstos em contrato tendo seu vencimento sempre no mês subsequente ao fato gerador.	O reconhecimento é realizado integralmente no mês do fato gerador da prestação do serviço.
Receita com rebates	Refere-se a bonificação dos fornecedores homologados da rede para a Companhia. Os valores a serem pagos pelos fornecedores homologados são previamente previstos em contrato.	São reconhecidas no próprio mês do fato gerador da bonificação para a Companhia, ou seja, o mês de realização das transações dos fornecedores homologados com a rede de franqueados.

1.5.4. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados, deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Durante o exercício, não ocorreram perdas relacionadas à não recuperação de ativos imobilizados.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de itens do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros relacionados a esses gastos sejam auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do imobilizado, líquidos de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

1.5.5. Redução ao valor recuperável "impairment"

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Elas são mensuradas a valor presente com base na diferença entre os fluxos de caixa devidos a companhia, conforme o contrato, e os fluxos de caixa que a Companhia espera realmente receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para verificar a existência de indícios de perda de valor recuperável. Caso haja indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o teste de valor recuperável é realizado anualmente, independentemente da presença de indícios de perda.

Para os testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, cujas entradas são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio resultante de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos os custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas inicialmente reconhecidas em relação às UGCs são alocadas primeiramente para reduzir o ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs), e, em seguida, para reduzir o valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma proporcional.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ágio não podem ser revertidas. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável podem ser revertidas, mas apenas até o ponto em que o novo valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda não tivesse sido reconhecida.

1.5.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), conforme previsto contratualmente.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após a data do balanço.

1.5.7. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia está envolvido em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências relacionadas a processos judiciais, quando for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda leva em conta as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Dessa forma, a Companhia revisou as premissas de avaliação de seus "Passivos Contingentes". Com base na orientação de seus assessores jurídicos e de seus especialistas internos, foram constituídas e atualizadas as provisões para contingência.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir mudanças nas circunstâncias, como o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas, com base em novos assuntos ou decisões judiciais.

1.5.8. Benefícios a empregados de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que o serviço correspondente é prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar esse montante em função de serviços passados prestados pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

1.5.9. Capital Social

Representa o patrimônio inicial da Companhia, acrescido ou reduzido pelos lucros apurados anualmente desde sua constituição. Os lucros não distribuídos aos acionistas são integralmente utilizados nos objetivos sociais da Companhia.

1.5.10. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem os juros sobre fundos investidos e as variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, de acordo com o regime de competência, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras englobam os juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Os custos com empréstimos, que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidos no resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados de forma líquida.

1.5.11. Imposto de renda e contribuição social

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados apenas se certos critérios forem atendidos.

Lucro Presumido

A Companhia calcula o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, cujas alíquotas aplicáveis sobre as receitas brutas para apuração da base de cálculo eram de 32% para o imposto de renda e 32% para a contribuição social. Sobre o lucro tributável excedente a R\$240 mil (base anual), aplicava-se o percentual de 15%, acrescido de um adicional de 10% para o cálculo do imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável excedente para a contribuição social sobre o lucro líquido.

1.5.12. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período determinado, em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contenha um componente de arrendamento, A Companhia aloca a contraprestação total do contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes não relacionados ao arrendamento, contabilizando tanto os componentes de arrendamento quanto os não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento feitos até a data de início, mais os custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, além de uma estimativa dos custos que o arrendatário terá com a desmontagem e remoção do ativo subjacente, a restauração do local onde está localizado ou a restauração do próprio ativo subjacente conforme os termos do arrendamento, descontados quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

O ativo de direito de uso será subsequentemente depreciado pelo método linear

desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, salvo se o arrendamento transferir a propriedade do ativo subjacente para o arrendatário ao fim do prazo ou se o custo do ativo de direito de uso indicar que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente, que será determinada da mesma forma que a vida útil de um ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso será ajustado para perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e poderá ser ajustado por remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não tenham sido feitos na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser determinada, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em geral, a Companhia utiliza sua taxa incremental de empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e realizando ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os seguintes itens:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
 - Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
 - Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
 - O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Ele é remensurado quando há alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de mudanças em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos conforme a garantia de valor residual, caso a Companhia altere sua avaliação sobre a possibilidade de exercer a opção de compra, extensão ou rescisão, ou quando há um pagamento de arrendamento revisado fixo na essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou registrado no resultado, caso o valor contábil do ativo de direito de uso tenha sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição

de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

1.5.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

- Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

1.5.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

As alterações entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2027 e a Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

As alterações entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2027 e a Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto, e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

As alterações entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2025 e a Companhia não espera impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2025 e a Companhia não

espera impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

2. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

2.1. Ativos financeiros

A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo com base nos pronunciamentos contábeis que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, que se refere aos conceitos de avaliação e práticas, e exige determinadas divulgações sobre o valor justo.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração. Um preço cotado em um mercado ativo apresenta a evidência mais confiável do "valor justo" e deve ser utilizado sempre que disponível.
- Nível 2 - Preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados que não são ativos (mercados com poucas transações para os ativos ou passivos), dados que não sejam preços cotados observáveis para um ativo ou passivo, e dados que sejam derivados ou corroborados principalmente por dados observáveis no mercado por correlação ou outros meios.
- Nível 3: *Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).*

2.2. Valor Justo dos ativos e passivos financeiros

Com exceção do contas a receber, a Companhia não verificou variação entre valor justo e valor contábil de seus ativos e passivos financeiros.

2.3. Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia expõem-no a diversos tipos de riscos: (a) risco de crédito, (b) risco de mercado e (c) risco de liquidez.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco especulativo.

É responsabilidade do Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, considerados como quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, ou da forma de realização.

a) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de que a contraparte de um negócio não cumpra

uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que resultaria em prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação às contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras, bem como outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

O risco de crédito relacionado aos saldos com bancos e instituições financeiras é gerido pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas pela Administração. A Companhia realiza operações com instituições financeiras de primeira linha

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros: A análise descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com um cenário provável e dois cenários adicionais, representando uma deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada.

Contas a Receber

O risco de crédito dos clientes é avaliado no momento da contratação, estando sujeito aos procedimentos, controles e práticas estabelecidas para gerenciar esse risco. A área de análise de crédito examina a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, histórico de pagamentos e outros fatores relevantes. Os limites e os riscos de crédito individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, utilizando rankings de empresas especializadas em avaliação de crédito, conforme limites estabelecidos pela Administração.

Os recebíveis em aberto são monitorados de forma contínua pela Administração. A necessidade de provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber é revisada mensalmente, com base no histórico de perdas efetivas observadas nos períodos mais recentes.

A concentração do risco de crédito é limitada devido à pulverização da base de clientes. Todas as operações e clientes estão localizados no Brasil, e nenhum cliente individualmente representa mais do que 10% das receitas da Companhia.

a) Risco de mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de que alterações nos preços de mercado, como taxas de câmbio, taxas de juros, índices de inflação e preços, afetem os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. Esse risco também envolve a possibilidade de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de variação da inflação, risco cambial e risco de preço, que pode incluir commodities, ações, entre outros. O gerenciamento do risco de mercado visa garantir que a Companhia mantenha níveis de risco considerados aceitáveis dentro do contexto de suas operações.

Atualmente, a Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, especialmente em relação às suas aplicações financeiras, arrendamentos por direitos de uso.

Risco de variação de taxa de juros

O risco de taxa de juros é a possibilidade de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Companhia está substancialmente exposta ao risco de taxa de juros em relação a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos por direito de uso. Como política, A Companhia concentra esse risco na variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Todas essas operações são conduzidas conforme as orientações estabelecidas pela Administração e devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de variação de taxa de câmbio

A Companhia não possui operações em outras moedas que não o Real. Portanto, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, A Companhia não possui valores atrelados a taxas de câmbio.

b) Risco de Liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de A Companhia monitora constantemente o risco de escassez de recursos por meio de premissas de planejamento. O objetivo é manter um saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, além de garantir flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários, assegurando assim a liquidez e a continuidade operacional da Companhia. O prazo médio de endividamento é monitorado para garantir a liquidez no curto prazo, considerando a parcela, os encargos e o fluxo de caixa.

* * *

Presidente

Luiz Renato Andrade Teixeira

Diretor Financeiro

Felipe da Silva Guimarães

Diretor de Controladoria

Pablo Jacinto Mota Botelho
CRC 1SP313864/O-0